

PERFIL DE PROJETO (PP)
BRASIL
PROFISCO – RORAIMA
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE RORAIMA
(PROFISCO/RR – BR- L1253)
PROPOSTA DE ADESÃO À LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL DO PROGRAMA DE APOIO
À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL (PROFISCO – BR-X1005)

I. DADOS BÁSICOS

Título do Projeto:	PROFISCO – Roraima. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Roraima (PROFISCO/RR)	
Número de Projeto:	BR-L1253	
Equipe de Projeto:	Marcio Cracel (ICF/FMM), Chefe de Equipe; Cristina MacDowell (FMM/CBR), Co-Chefe de Equipe; Fernando Glasman (PDP/CBR); Carlos Lago Bouza (PDP/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Lilia Dobbin (Consultora); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).	
Mutuário	Estado de Roraima	
Organismo executor:	Estado de Roraima, através da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ/RR)	
Plano de financiamento:	BID: (CO)	US\$ 5.788.000
	Local	<u>US\$ 1.912.000</u>
	Total	US\$ 7.700.000
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	Nenhuma
	Categoria Ambiental Social:	“C”

II. JUSTIFICATIVA GERAL

- 2.1 A presente operação faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP) para o Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO – BR-X1005), aprovada pelo Diretório do Banco por meio da Resolução DE-132/08, datada de 5 de novembro de 2008.
- A. Aspectos sócio-econômicos**
- 2.2 O Estado de Roraima é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região norte do país, sendo um dos nove estados que integram a Amazônia Legal. O Estado é composto por quinze municípios, ocupando uma área geográfica de 224.299 Km². O seu território se divide em 46,37% de áreas indígenas, 8,42% áreas de preservação, 33,99% áreas da União, 1,22% área do exército brasileiro, restando somente 9,99% para o estado, entretanto o governo do estado possui jurisdição sobre todo o território do estado. A população do Estado de Roraima foi estimada em 395.725 habitantes (77,58% vivem na área urbana e 22,41% na área rural), dos quais a população indígena corresponde a 46.106 habitantes.
- 2.3 A economia do estado está baseada no setor de serviços (70%)—incluindo a administração pública—seguido do setor de comércio (11,4%), indústria (10,9%), e agropecuária (7,7%). Em 2005, o Estado de Roraima contribuiu com 0,15% (3,1 milhões), em 2006 com 0,15% (3,6 milhões) para o total do PIB nacional.

B. A gestão fiscal do Estado de Roraima: avanços e tarefas pendentes

- 2.4 O Estado de Roraima vem cumprindo com todos os requisitos fiscais e administrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), apresentando nos anos de 2008 e 2009, os seguintes resultados:

Quadro 2.1: Demonstrativo fiscal do Estado de Roraima
Metas fiscais (Art. 4o da LRF) —Avaliação do cumprimento de metas (em R\$)

Especificação	Realizado 2008	Realizado 2009	Variação	
			Valor	%
I – Receita não financeira	990.861.531	1.903.181.329	912.319.798	92,07
II – Despesa não financeira	696.575.750	1.663.392.556	966.816.806	138,80
III – Resultado primário (I-II)	294.285.781	239.788.772	-54.497.009	-18,52
IV – Juros nominais	13.364.068	13.364.068	0	0,00
V – Investimentos	150.921.779	293.377.744	142.455.965	94,39
VI – Receita Corrente Líquida (RCL)	1.592.232.884	1.633.113.845	40.880.961	2,57
VII – Gasto de pessoal	526.734.227	589.624.653	62.890.426	11,94
VIII – Pessoal / RCL	33,08	36,10	3,02	
IX – Dívida consolidada líquida*	(204.269.048)	121.447.736	325.716.784	-159,45
X – Dívida / RCL	(12,83)	7,44	20,27	

* A variação apresentada no item IX é resultado da contratação de um empréstimo com o BNDES para compensar os efeitos da crise internacional e com a Caixa Econômica para fins de investimentos em saneamento básico do estado.

- 2.5 **Avanços na Gestão Fiscal.** Nos últimos 10 anos, a SEFAZ/RR vem desenvolvendo um amplo trabalho de fortalecimento institucional, financiado em grande parte com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE). Os principais avanços no período foram:
- 2.6 Na área de **Gestão administrativa**, ressalte-se a melhoria no atendimento ao contribuinte via internet na Agência de Rendas de Boa Vista (Capital). Na área de **Administração tributária**, foi implementada a automatização do sistema de arrecadação, com a redução da manipulação de papéis entre os agentes arrecadadores e a SEFAZ/RR e melhoria nas ações de cobrança dos créditos tributários. Na área de **Administração financeira, patrimonial e controle interno**, efetuou-se a centralização do processamento da execução orçamentária e financeira em todos os órgãos da administração pública direta e indireta, fundações, autarquias, poder judiciário e tribunal de contas do estado e a implantação de auditoria em 100% das secretarias de estado. Finalmente na área de **Gestão de recursos corporativos** realizou-se a capacitação de diretores, chefes e funcionários em gestão pela qualidade e de aproximadamente 230 servidores por ano em cursos diversos.
- 2.7 **Desafios para o futuro**¹. Apesar dos avanços alcançados, verifica-se, ainda, a necessidade de apoio em áreas específicas, em decorrência de problemas nas seguintes áreas:

¹ A Matriz de Problemas / Causas / Soluções / Resultados, que pode ser acessada através dos links do anexo IV desse projeto, detalha cada um dos problemas relativos às 4 áreas apresentadas nos desafios.

- a. **Integração da gestão fazendária.** Baixa eficiência e eficácia da gestão fazendária com reflexos na arrecadação dos tributos ocasionados, principalmente, pela baixa integração da informação entre os processos de fiscalização, arrecadação e tributação e pelo distanciamento com as inovações e modernizações em curso ou implantadas em outros organismos governamentais.
 - b. **Administração Tributária e contencioso fiscal.** Baixo aproveitamento do potencial de arrecadação do estado, em consequência da perda de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), inexistência de canais de comunicação diretos com o cidadão, ineficiência na fiscalização de mercadorias em trânsito e de estabelecimento, baixa capacidade no gerenciamento das informações para a administração fazendária, ausência de informações sobre as inconsistências econômico-fiscais e das ações fiscais, demora nos processos de abertura e baixa de firmas, dificuldade na obtenção de informações estratégicas para subsidiar ações fiscais e monitoramento dos contribuintes, morosidade na execução das auditorias contábeis e fiscais e baixa recuperação do crédito tributário.
 - c. **Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal.** Baixa eficiência e transparência da gestão do gasto público originado pela inexistência de uma cultura voltada para a gestão de custos e pela deficiência nos instrumentos de apoio à gestão de auditoria e controle interno.
 - d. **Gestão de recursos corporativos.** Deficiência da gestão de pessoas, de tecnologia e de comunicação com a sociedade em decorrência da baixa articulação dos entes públicos envolvidos com o programa de educação fiscal, da inexistência de planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicação, da ineficiência na comunicação interna e da baixa capacidade de resolução de problemas técnicos, gerenciais e administrativos.
- C. Objetivo e resultados esperados**
- 2.8 O objetivo geral do projeto é apoiar o fortalecimento da gestão fiscal do Estado de Roraima, visando: (i) melhorar os instrumentos de planejamento estratégico e de tomada de decisão; (ii) incrementar a receita própria; (iii) aumentar a efetividade e a qualidade da execução orçamentária; e (iv) prover melhores serviços aos cidadãos. O projeto financiará ações estruturadas em quatro componentes e respectivos sub-componentes:
 - 2.9 **Componente I – Integração da gestão fazendária.** Este componente contemplará os seguintes sub-componentes e respectivos produtos:
 - a. **Aperfeiçoamento organizacional e integração da gestão fazendária.** Implantação de modelo de planejamento e de gestão estratégica.
 - b. **Cooperação interinstitucional nacional e internacional.** Implantação de programa de intercâmbio de experiências e inovações com outros organismos.
 - 2.10 **Componente II – Administração tributária e contencioso fiscal.** Este componente contemplará os seguintes sub-componentes e respectivos produtos:

- a. **Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária.** Implantação de: (i) modelo de gestão do IPVA; (ii) modelo de atendimento ao cidadão-contribuinte; (iii) modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito; (iv) modelo de fiscalização de estabelecimentos comerciais; (v) Sistema Integrado de Administração Tributária (SIAT-e) via *web*; e (vi) modelo de inteligência fiscal.
 - b. **Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do sistema público de escrituração digital.** Implantação de: (i) Cadastro Sincronizado Nacional; (ii) Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) contemplando a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Manifesto de Carga Eletrônico (MC-e); e (iii) Escrituração Contábil e Fiscal Digital (SPED).
 - c. **Melhoria da eficiência e eficácia da administração do contencioso fiscal.** Implantação de modelo de gestão da recuperação dos créditos tributários integrado com a procuradoria fiscal.
- 2.11 **Componente III – Administração financeira patrimonial e controle interno da gestão fiscal.** Este componente contemplará os seguintes sub-componentes e respectivos produtos:
- a. **Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira.** Implantação de modelo de contabilidade de custos.
 - b. **Aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno da gestão fiscal.** Implantação de modelo de auditoria e controle interno da gestão fiscal na SEFAZ/RR.
- 2.12 **Componente IV – Gestão de recursos corporativos.** Este componente contemplará os seguintes sub-componentes e respectivos produtos:
- a. **Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência da gestão fiscal e comunicação com a sociedade.** Implantação do programa de educação fiscal do Estado de Roraima.
 - b. **Modernização e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação na área fazendária.** Implantação de: (i) modelo de gestão de Tecnologia da Informação; e (ii) portal interno do servidor público com disponibilização de serviços.
 - c. **Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos na área fazendária.** Implantação de modelo de gestão e capacitação de pessoas por competência.
- 2.13 Os resultados esperados mais relevantes ao final dos 4 anos de execução (2014) do projeto são²: (i) aumento de 50% da arrecadação do IPVA (excluindo o aumento da frota); (ii) aumento em 20% do lançamento de substituição tributária na entrada e diferencial de alíquota, proveniente da fiscalização de trânsito; (iii) redução de 8 horas para 4 horas (50%) do tempo de espera dos veículos nos

² Esses indicadores assim como suas linhas de base serão detalhados no Marco de Resultados do Projeto, que será apresentado como anexo da Proposta para Desenvolvimento de Operação (POD), de modo a alimentar o sistema de acompanhamento e avaliação do projeto.

postos fiscais; (iv) aumento em 40% a arrecadação de tributos provenientes da fiscalização de estabelecimentos; (v) redução para 8 dias o tempo médio para concessão de inscrição cadastral; (vi) incremento em 30% da arrecadação proveniente de ações fiscais realizadas com base em informações estratégicas de NF-e, CT-e e MC-e; e (vii) acréscimo de 40% no número de processos ajuizados por ano.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 A SEFAZ/RR conta com equipe de servidores dedicados à preparação e execução do projeto, que têm experiência anterior, adquirida na execução do PNAFE. Assim mesmo, com a finalidade de mitigar possíveis riscos, será reforçada a sua capacitação funcional, especialmente em temas relacionados às aquisições/contratações e gerenciamento de projetos.

IV. SALVAGUARDAS

- 4.1 Em relação a questões ambientais, o projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios da “Política de Salvaguardas Ambientais do Banco (OP-703)” (ver anexo II). Por se tratar de um projeto cujas ações são de natureza administrativa fiscal, não haverá riscos de impactos ambientais negativos.
- 4.2 O Estado de Roraima está sujeito ao cumprimento das normas de direito financeiro estabelecidas pela lei de orçamento público nacional No. 4320, que disciplina os procedimentos para o planejamento, orçamento, contabilidade e auditoria dos gastos públicos. Para o POD, se realizará uma avaliação mais detalhada dos sistemas fiduciários do estado com o objetivo de atender os requisitos da operação.

V. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 5.1 O Anexo V detalha o cronograma do projeto e estabelece as etapas e os requisitos necessários para se chegar à Proposta para o Desenvolvimento da Operação (POD) em 22 de junho de 2010, à aprovação pelo Comitê de Políticas Operativas (OPC) em 23 de julho de 2010, e à aprovação pelo Diretório Executivo do Banco em 9 de setembro de 2010. Para a preparação do projeto, serão necessários recursos de fundos administrativos para a realização de uma missão de identificação e outra de análise (US\$23.840) e apoio de consultoria por 40 dias (US\$27.720).

Anexo I

Este anexo fue extraido por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the PP or PCD (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	REFORM / MODERNIZATION OF THE STATE-FISCAL REFORM	
	Type of Operation	Other Lending or Financing Instrument (enter details in final report)	
	Additional Operation Details		
	Investment Checklist	Institutional Development Investment	
	Team Leader	Cartaxo, Maria de Fatima (FATIMAC@iadb.org)	
	Project Title	PROFISCO- Roraima. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Roraima (PROFISCO/RR).	
	Project Number	BR-L1253	
	Safeguard Specialist(s)	Cracel, Marcio Anibal (MARCIOC@iadb.org)	
	Assessment Date	2010-02-24	
	Additional Comments		
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Type of Operation	Loan Operation	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	No issues identified	
	Potential Safeguard Policy Items(?)	No potential issues identified	
	Recommended Action:	Operation has not triggered any Policy Directives. Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.	
	Additional Comments:		
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Cracel, Marcio Anibal (MARCIOC@iadb.org)	
	Title:		
	Date:	2010-02-24	

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the PP or PCD (or equivalent) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	REFORM / MODERNIZATION OF THE STATE-FISCAL REFORM
	Type of Operation	Other Lending or Financing Instrument (enter details in final report)
	Additional Operation Details	
	Country	BRAZIL
	Project Status	
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Cartaxo, Maria de Fatima (FATIMAC@iadb.org)
	Project Title	PROFISCO- Roraima. Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Roraima (PROFISCO/RR).
	Project Number	BR-L1253
	Safeguard Specialist(s)	Cracel, Marcio Anibal (MARCIOC@iadb.org)
	Assessment Date	2010-02-24
	Additional Comments	

PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating:	Override Justification:
	Conditions/ Recommendations		Comments:
		<ul style="list-style-type: none"> • No environmental assessment studies or consultations are required for Category "C" operations. • Some Category "C" operations may require specific safeguard or monitoring requirements (Policy Directive B.3).Where relevant, these operations will establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.). • The Project Team must send the PP or PCD (or equivalent) containing the Environmental and Social Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) as well as the Safeguard Policy Filter and Safeguard Screening Form Reports. 	

SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks	Potential Solutions

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Cracel, Marcio Anibal (MARCIOC@iadb.org)
	Title:	
	Date:	2010-02-24

ESTRATÉGIA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAL E SOCIAL (EAS)

Em relação à questões de salvaguardas ambientais e sociais, o Projeto obteve uma classificação “C”, de acordo com os critérios do “*Sustainable Finance Toolkit*” do Banco (ver Anexo II), que é consistente com a avaliação da Equipe de Projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Finanças. Não se espera que o Projeto tenha impactos ambientais e sociais negativos.

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
	1. Macro Diagnóstico Institucional-Fiscal.	Completado	IDBDOCS35159104
	2. Matriz de Problemas, Soluções e Resultados.	Completado	IDBDOCS35159111
	3. Relatório de Gestão Fiscal SEFAZ/RR 2009.	Completado	IDBDOCS35159145
	4. Relatório de Encerramento do PNAFE/RR (PCR).	Completado	IDBDOCS35159169
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle.	Proposta de mecanismo de execução do projeto incluindo: (i) descrição da estrutura organizacional vinculada à execução do Projeto; (ii) atribuições e competências da unidade executora; (iii) mecanismos de execução descentralizada; (iv) gestão financeira e auditoria; (v) aspectos orçamentários; e (vi) apropriação institucional dos resultados do Projeto.	18 de junho de 2010	
Análise financeira do Projeto.	Quadros demonstrativos dos ganhos financeiros em produtos selecionados. Relatório da análise financeira do Projeto.	18 de junho 2010	
Atores-chave e questões políticas.	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de atores-chave na execução do projeto (SEA, PGE, SPG).	18 de junho 2010	
Plano de Ações e Investimento (PAI) do Projeto.	Detalhamento das atividades e orçamento do Projeto.	18 de junho 2010	
Linha de base para o Marco de Resultados.	Será definida uma metodologia para a coleta de dados que permitirá a construção da linha de base e o monitoramento dos resultados prioritários.	18 de junho 2010	
Marco de Resultados do Projeto.	Detalhamento dos resultados esperados relativos à produtos selecionados.	18 de junho 2010	

Anexo V

Este anexo fue extraído por ser confidencial.